



Descolonizar a história: epistemologia disruptiva

Martial Ze Bebinga¹

Tradução: Luana Ribeiro da Trindade²

Resumo: As estruturas discursivas que se encarregam da reconstituição da experiência antiga e contemporânea dos africanos e dos descendentes de africanos no mundo permanecem marcadas pelas convenções da escrita colonial. Esta singular gramática, suas sintaxes, seu léxico, sua perspectiva e seus padrões de pensamentos prendem, encerram a historiografia africana e a diaspórica nas categorias, nos conceitos e imaginários próprios da Europa ou desenvolvidas por ela em “Outros” lugares. Uma epistemologia disruptiva, baseada numa subversão axiomática criativa, pode tornar possível uma indispensável renovação narrativa, em benefício de esquemas de pensamento propícios a uma ampliação do futuro.

Palavras-chave: Descolonização da história; epistemologia; colonialidade; eurocentrismo; desconstrução criativa.

Decolonising History: Disruptive Epistemology

1 Comité Científico Internacional da General History of Africa (GHA) – França- zebelinga@hotmail.com

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil - luana.rt@hotmail.com

Colaborou com a revisão geral deste texto: Érica Kawakami - Instituto de Humanidades e Letras – campus dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB – São Francisco do Conde/ BA – Brasil - erikawmi@unilab.edu.br

Abstract: *The discursive structures which support the restitution of the ancient and contemporary experience of Africans and African Descendants in the world, remain marked by the conventions of colonial writing. This singular grammar, its syntaxes, its lexicon, its perspectives and thought patterns enclose African and diasporic historiography in the categories, concepts and imaginaries specific to Europe or developed by it for the benefit of the relegated «Others». A disruptive epistemology, based on a creative axiomatic subversion, will perhaps make possible an indispensable narrative renewal, in favor of thought patterns conducive to a broadening of futures.*

Keywords: *decolonization of history; epistemology; coloniality; eurocentrism; creative destruction.*

Introdução

Não é fácil determinar um marco zero iniciando o longo e sinuoso percurso de questionamento dos discursos históricos sobre os africanos e seus descendentes no mundo. Percorrendo o tempo, com base em testemunhos orais ou escritos documentados, podemos supor que os processos de revisão dos postulados autoritários e tendenciosos da Europa sobre a África emergiram da interação dos africanos, dos negros, dos mouros com os europeus principalmente, mas igualmente com as culturas árabes (Botte, 2010). Povos, culturas, civilizações, do mesmo modo que outros, os africanos tinham desenvolvido sem ajuda externa com visões do mundo, conhecimentos científicos, teológicos, cosmológicos que estariam em antagonismo com as «ciências coloniais» do humano (UNESCO, 1999).

Um exemplo notável do fim do século XVII, a profetisa congoleza, Kimpa Vita Nsimba (1684-1706), provavelmente inaugurou uma forma de “ante-história” arquivada da descolonização dos conhecimentos europeus na África (Mboukou, 2010). Jovem iniciada, cristianizada, de sangue real, pregava um catolicismo enraizado nas tradições locais encarnadas pelos santos negros do Congo, o que a levou a ser condenada à morte durante o reinado do rei D. Pedro IV³. Opondo-se aos dogmas sacrossantos dos missionários, ela se reportava tanto a uma descolonização de conhecimentos teológicos quanto a uma resistência política, antecipando as teologias cristãs de libertação em África. De modo geral, é evidentemente das primeiras figuras negras “europeizadas”, cristianizadas, libertadas das colônias, que emergiram as premissas iniciais das reflexões descoloniais documentadas, o que não significa que não tivessem existido outras. No século

3 Pedro IV Nusamu a Mvemba. Rei do Congo, governou de 1695 a 1718, embora o seu reinado efetivo tenha sido apenas a partir de 1709. N. T.

XIX, podemos citar as figuras pioneiras, como Edward Blyden, Africanus Horton (Horton, 1868), Martin Delany (Delany, 1879), Anténor Firmin (Firmin, 1885), Casely Hayford (Hayford, 1911), entre outros. Ancestrais de uma tradição de rejeição dos discursos de desigualdade das raças, eles fornecem os temas agora clássicos do pan-africanismo, da afirmação “negra” e do antirracismo negro-africano (Egito africano, Etiópia, revolução haitiana etc...). Algumas narrativas de vida dos libertos africanos nas antigas colônias (Olaudah, Baquaqua, Sa’id, entre outras) participaram desta rejeição dos preconceitos racistas e supremacistas.

Em 1965, na efervescência de uma das ondas das independências africanas e seguindo o impulso reformador de uma historiografia renovada do continente, o historiador argelino Mohamed Sahli (Sahli, 1965) publicou *Décoloniser l’histoire*. Anteriormente às escolas descoloniais sul-americanas dos anos de 1990, ele colocava em questão, nos seus termos, o conjunto *de absurdos e o eterno recomeço de acontecimentos ininteligíveis* característicos, de acordo consigo, do olhar colonial sobre a história argelina, africana. A solução concisa e, no entanto, monumental proposta pelo historiador traiu uma ambição quase escatológica:

Revisar ferramentas intelectuais, enriquecer, ampliar ou renovar postulados, conceitos, definições, teorias e valores, a fim de exprimir com igual “simpatia”, a humanidade em sua totalidade e sua diversidade. Esta revisão passa, em particular, pela descolonização da história e da sociologia (Sahli, 1965: 135).

O autor do livro *Le Conscientisme*, Kwame Nkrumah, então presidente emblemático de Gana, tinha acabado de preceder o argelino nesta demanda descolonial em 1964. O sociólogo camaronês Jean-Marc Ela, em sua publicação de 1971 intitulada *La plume et la pioche*, identificou, por sua vez, uma contradição no cerne da historiografia africana:

Talvez devemos assinalar a contradição de uma história da África que afirma ser «africana», enquanto permanece submetida ao modelo historiográfico que divide a realidade temporal segundo os referenciais cronológicos que, de fato, correspondem aos principais eixos da história geral do Ocidente (Ela, 1971: 19).

O tema de uma descolonização das humanidades, de uma insurreição intelectual face à autoridade de preconceitos invasivos e onipotentes, logo chamou a atenção dos interessados negros-africanos, afrodescendentes, intelectuais, militantes, resistentes, dentre outros. O objetivo desta reflexão é desvelar as características epistemológicas da matriz colonial dos discursos sobre os africanos e seus descendentes, existentes no interior de estruturas sociais que incorporam

e fomentam reproduções e representações essencialistas. O desafio é contribuir para uma renovação do modo de dizer sobre os subjugados de ontem, sobre o mundo, levando em consideração perspectivas africanas e diaspóricas. Esta abordagem também visa prevenir os produtores de conteúdo cognitivo e cultural das falhas epistemológicas ancoradas nas ideologias dominantes e alternativas em relação às principais representações da África e de grupos humanos originários da África.

O princípio subjacente a esta reflexão é que, com as categorias de pensamento e escrita inalteradas, a história dos africanos e seus descendentes se limitaria a narrar as aventuras triunfalistas europeias em África e nas colônias. Isto é, no máximo, ela se limitaria a narrar um europeu imperfeito, o colonizado como sociedade-mundo, para restituir um sistema enredado de discurso, de arquivos forjados para as necessidades de subjugação. A proposta de ruptura epistemológica nas humanidades decorre, portanto, da rejeição dessa negação de si e do desejo de um enriquecimento pluriversal do que é dito sobre os humanos.

A expressão «descolonização da história», portanto, alinha os discursos relativos ao passado da África com a experiência colonial. Descolonizar a história dos africanos e dos seus descendentes seria o projeto para sanar suas estruturas discursivas do contágio dos imaginários patogênicos da dominação colonial. Um empreendimento, às vezes, dado como impossível inclusive por pesquisadores africanos (Tonda, 2012). O passado dos africanos a nível global, sua escrita, sua disseminação e sua pedagogia são, desse modo, objeto da descolonização da história. Entretanto, a rejeição bem sucedida de idéias de superioridade racial não será suficiente para resolver a questão. Faria sentido que a história portuguesa fosse exclusivamente contada por historiadores japoneses por meio da sua escrita, esquemas linguísticos e cognitivos por exemplo, ou que a história da Espanha fosse ensinada sob o prisma exclusivo da cultura bamoun e do shomum de Camarões⁴?

A descolonização da história pode, desta forma, ser entendida como o repúdio a uma visão externa do passado africano. Também busca inovações semânticas e categóricas baseada nas lógicas de ação dos africanos, sujeitos nas escalas plurais e temporalidades de sua práxis. Ela convida a um reexame crítico das intenções, inconscientes, categorias e problemáticas globais de afirmações previstas aos africanos e seus descendentes. As representações pejorativas árabes e muçulmanas, construídas nas interações dos tratados orientais com as sociedades africanas,

4 O shomum é uma escrita criada pelo soberano do povo Bamoun, o rei Ndjoya, no fim do século XIX, e que foi proibida pela colonização francesa.

pertencem naturalmente ao campo das desconstruções epistemológicas⁵. No que diz respeito ao presente trabalho, limitamo-nos às representações europeias, a priori, relativamente mais proeminentes na historiografia africana.

Como parte desta introdução, não haverá dúvida, essencialmente, da dimensão epistemológica da descolonização da história, embora a produção e a difusão dos conhecimentos remetam para um campo político-institucional e econômico mundial interligados. Consideramos ultrapassados, ainda que fortemente persistentes, as idades antigas da história dos africanos e seus descendentes, aquelas cujas características eram falsificações, mitos e preconceitos, os silêncios (Depelchin, 2005), amnésia sobre os massacres coloniais (Benot, 2001), o “branqueamento” de episódios históricos ou civilizações etc. Esse grande gesto colonial viu seus efeitos se reproduzirem nas sociedades ditas pós-coloniais e mesmo naquelas, como a Etiópia (Yirga, 2017), que não conheceram a colonização formal (declínio dos sábios conhecimentos tradicionais). Esclareçamos que a colonialidade dos enunciados, por mais hegemônica que ela é e que ela foi, não exclui, com notáveis exceções, os pensamentos rebeldes no cerne dos imaginários da Europa das épocas coloniais. No primeiro quarto do século XX, o administrador colonial francês Delafosse, que surpreende pela sua paixão pelas culturas africanas e seu olhar que poderíamos qualificar como *afrocêntrico*, *avant la lettre*, testemunha nesse sentido (Delafosse, 1927).

Procederemos em três partes. A primeira colocará esta questão no contexto mais amplo da crescente rejeição teórica dos discursos eurocêntricos nas ciências humanas, depois a reflexão considerará as insubordinações epistemológicas adquiridas pela pesquisa histórica africana, com referência à História Geral da África, da UNESCO. Finalmente, apresentaremos uma abordagem mais explosiva favorecendo o prolongamento da ruptura iniciada pelos historiadores africanos nos anos de 1960, recorrendo a materiais cada vez mais endógenos, capazes de produzir uma *destruição criativa* nas narrativas da experiência dos africanos e dos descendentes de africanos. As contribuições de não-africanos para este movimento não foram negligenciáveis (Davidson, Goody, Benot, entre outros), embora historicamente marginais e minimizadas pelas correntes africanistas dominantes.

Por fim, esclarecemos que abordaremos a necessidade de uma descolonização da história do ponto de vista das perspectivas, categorias e paradigmas da historiografia africana, ampliando cuidadosamente, representações a respeito

5 Podemos citar, como exemplo, Ibn Khaldoun: “Os únicos povos que aceitam a escravidão são os negros, devido a um grau de humanidade inferior, sendo seu lugar mais próximo do estado animal” (Cf. Ibn Khadoun, *Al-Muqaddima*, 1377).

dos descendentes de africanos no mundo. Este é um limite objetivo de nossa reflexão, pois poderíamos reforçar que uma descolonização do discurso teria tudo a ganhar com base na especificidade de cada geografia e de cada história, apesar das comunidades de origens e da relativa semelhança das formas de violência e racismo. Além disso, a história está no centro da nossa reflexão, mas o desafio é mais amplo, no que diz respeito às ciências humanas e sociais, aos discursos dominantes sobre as populações negras, os africanos e as origens africanas. A escrita do passado pode vir a ser tomada, em consequência, como uma variável *proxy* dos discursos dominantes sobre a experiência e as sociabilidades dos africanos no mundo.

O fim teorizado do eurocentrismo e a procura de novos paradigmas

A contestação acadêmica da dinâmica eurocêntrica dos escritos da modernidade está agora em um limiar crítico, se quisermos acreditar nas publicações e iniciativas de descentramento epistêmico, provincialização, desobediência que se multiplicam nos campos disciplinares. Seríamos tentados a prever, expandindo o artigo seminal intitulado *Les trois générations des universitaires africains*, de Mkandawire (Mkandawire, 1995), que *a próxima geração de pesquisadores africanos e afro-descendentes será ou não epistemológica*. Isto quer dizer que os saltos qualitativos na compreensão e na escrita sobre o mundo serão gerados pela capacidade de mudar, de dismantlar a ordem cognitiva global, dos fundamentos do ato de pensar sobre os viventes. Os atores desta tarefa pretendem transformar definitivamente os argumentos da produção geral do conhecimento acerca do humano. Este efervescente contexto global cria condições que permitem livrar a escrita da história de seus viesamentos perceptivos, conceituais e categoriais por meio de um processo de *destruição criativa* (Schumpeter, 1942).

Muitas das iniciativas críticas, novas ou atualizadas, que emanam das ciências humanas e sociais estão ocupando um espaço crescente dentro delas. Na ausência de um levantamento, poderíamos reter desses choques epistemológicos três pontos de referência não exaustivos:

- A ascensão e a influência global da escola sul-americana da colonialidade/decolonialidade desde os anos de 1990, culminando com a invenção pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano do fecundo conceito de «colonialidade do poder» (Quijano, 1991). Essa escola e seu paradigma de pesquisa do tipo lakatosiano (Escobar, 2007) vincula inextricavelmente a modernidade contemporânea a um jogo de colonialidades sociais sobrepostas: epistêmica, linguística (Veronelli, 2015), existencial (Maldonado-Torres, 2007),

de gênero (Lugones, 2008) etc.⁶ Ela destaca fortemente os epistemicídios que acompanharam a expansão europeia no mundo (Grosfoguel, 2013) e as múltiplas maneiras como a ordem colonial continua a moldar as existências contemporâneas. Walter Dignolo, um dos pensadores dessa tendência, defende a “desobediência epistêmica” para responder ao que ele chama de racismo epistêmico (Dignolo, 2009).

- A identificação, por renomados pesquisadores ocidentais, de uma crise das humanidades apela a uma revisão radical dos paradigmas dominantes: fim das tradicionais divisões disciplinares; adoção do universalismo plural; indo além da busca por leis rígidas do positivismo em favor da complexidade e da incerteza (Wallerstein, 1996).
- O sociólogo britânico Burawoy (Burawoy, 2005) convida a uma profunda reflexão sobre a relação das humanidades com a produção de uma ordem social desigual e uma provincialização do eurocentrismo das humanidades. As reflexões de Pierre Bourdieu igualmente suspeitam dos universalismos que estão conduzindo formas de hegemonias ideológicas como as crenças neoliberais (Bourdieu, 1988). Um questionamento minucioso das verdades performativas admitidas dentro das humanidades é agora abertamente colocado (OCDE, 2004; UNESCO, 2010)⁷.

A descolonização da história dos africanos e seus descendentes agora pertence a este massivo questionamento de ordem cognitiva global. As contestações das lógicas de monopólio e o apelo a um maior pluralismo originam-se da América do Sul, Índia, Europa e América do Norte. Os pesquisadores africanos não foram deixados de fora nesta acentuada bifurcação, notadamente, em torno do centro de pesquisa continental denominado *CODESRIA*⁸ (Sall, 2015). Seria desejável que as abordagens decoloniais investissem mais no desenvolvimento de ferramentas que permitissem transformar uma sábia contestação em um campo heurístico sistematizando nas narrativas do passado africano, o distanciamento dos eurocentrismos e seus deslocamentos criativos. Para isso, seria simplesmente necessário expressar o essencial das convenções da escrita em situação colonial, associando-o aos obstáculos epistemológicos (Bachelard, 1934)

6 Irme Lakatos (1922-1974) é um epistemólogo húngaro que define um “programa de pesquisa” como base da atividade científica, o qual consiste em um núcleo duro teórico e uma atividade científica nele centrada.

7 Essa crítica das humanidades está presente na África por meio de uma literatura que se avoluma com Mudimbe, Kwasi Wiredu, Ngũgĩ Wa Thiongo, Claude Ake, Helen Lauer, Kofi Anyidoho, Sabelo Ndlovu-Gatsheni etc.

8 Council for the Development of Social Science Research in África/Conseil pour le développement de la recherche en sciences sociales en Afrique.

gerados, e reduzindo o problema dos preconceitos e da colonialidade a uma formulação conceitual operacional.

De fato, podemos aproximar os principais vieses da colonialidade e do eurocentrismo a três esquemas da escrita colonial do mundo: essencialismo (inferioridade/superioridade, escravo por natureza...); a perspectiva difusionista (exterioridade/teleologia); determinismos (geográficos, sociológicos, mesológicos). Esses esquemas correspondem a três tipos de obstáculos epistemológicos: o problema da historicidade dos mundos colonizados; o problema da subjetivação (o torna-se sujeito/endogeneidade/agentividade), o problema do movimento interno (rupturas, continuidades, adaptações, inovações).

Na nossa tentativa de reformular a colonialidade da escrita da história, consideramos que, em geral, os enunciados em questão são compreensíveis por meio *de uma perspectiva narrativa, esquemas de pensamento reproduzíveis, conceitos e definições (PSC)*. A perspectiva seria caracterizada geralmente por um postulado principal, explícito ou não, e uma orientação principal. Ela pode estar ligada à intenção/localização do historiador ou do cronista às suas condições objetivas de produção (colono, administrador colonial, cientista, viajante, missionário, estudante etc.). Os esquemas de pensamento são categorias; quando elas são transversais, chamamo-las de *metacategorias*. Podemos distinguir como categorias disciplinares a história ou a arqueologia, por exemplo. Os silêncios são metacategorias da ocultação, eles têm uma importância essencial nas narrativas acerca dos dominados, notadamente, os africanos e seus descendentes. Sistemas de escrita, cartografias, linguagens também são categorias associadas a todas as narrativas. O Tempo (periodização), espaço (geografias, topografias, entre outras) e as classificações dos humanos são categorias essenciais para o historiador. A *metodologia* integra-se aos esquemas de produção dos enunciados enquanto uma economia de categorias. Conceitos, definições, terminologias colocam termos sobre uma perspectiva geral, em ideias, abstrações, práticas. Este esquema é muito relativo, uma vez que outras abordagens são sempre possíveis. Poderíamos considerar que uma perspectiva, em geral, convoca categorias e conceitos que lhe são compatíveis. Em contrapartida, os esquemas de pensamento e os conceitos tendem a reforçar uma perspectiva narrativa a fim de produzir afinidades discursivas, coerência geral, embora os atritos locais sejam inevitáveis (tensões entre conceitos, contradições, defasagens de tempo etc.).

Um paradigma se assemelha aqui a uma proposição geral admitida por uma comunidade científica ou discursiva, frequentemente contendo perspectiva, esquemas, conceitos específicos e fatos empíricos (Kuhn, 1983)⁹. *O Egito Faraônico*

9 Nossa definição retoma e adapta aquela dada por Thomas Kuhn (Kuhn, 1983: 46-63).

co Branco é um paradigma com uma perspectiva, categorias, metacategorias de silêncio que permite ignorar (europeus) os testemunhos dos Antigos e, se necessário, negações arqueológicas e genéticas. Outro exemplo do paradigma da África sem história ou a-histórico. Ele se desenvolve por meio de uma perspectiva baseada no postulado de uma humanidade discutível dos africanos, e sobre uma concepção *escritocêntrica* da história. A *descoberta e construção das Américas* pelo gênio europeu é também um paradigma que nega a história anti-colonial das Américas, a humanidade e as civilizações ditas «pré-colombianas» ou «*first nations*», e a contribuição dos conhecimentos africanos no desenvolvimento das Américas. Este paradigma, baseado em um conjunto de definições categóricas fundadas no pressuposto essencialista racista, faz de toda modernidade, toda realização, uma obra necessariamente europeia.

Diante do fato de que o eurocentrismo está sendo debatido nas ciências sociais, embora de forma sucinta e parcial, o desvio por uma análise das subversões que afetam mais diretamente a história eurocêntrica do mundo abrirá mais efetivamente possíveis saltos qualitativos.

Subversões e disciplinas na historiografia africana

Os historiadores africanos contemporâneos que iniciaram o trabalho decolonial, criticaram a perspectiva difusionista (Ki-Zerbo, 1972), rejeitaram categorias concêntricas de tempo (pré-colonial, colonial, pós-colonial), relativizaram as divisões etno-espaciais (África branca, negra etc.), e mostraram uma cautela crescente na retomada de conceitos dados como universais (Estado, feudalismo, escravidão etc.). Após Ki-Zerbo, M'Bokolo (M'Bokolo, 1995) insiste na dinâmica da história africana, rupturas, continuidades e adaptações, manifestando interesse por fontes internas não necessariamente escritas, e uma desconfiança no que diz respeito à etnia hipostasiada, ou à tradição eterna e imóvel¹⁰. A História Geral da África da UNESCO já havia empreendido essa desconstrução epistemológica, não hesitando em valorizar um onomástico africano (Konate, 2009). Descolonizar a história consistirá, então, em prolongar este meritório esforço de historicização da África até o limiar de uma *destruição criativa*, uma renovação das formas de ver, dizer e escrever as presenças africanas no mundo.

O que entendemos por *destruição criativa*, tomando emprestada a expressão do economista Joseph Schumpeter, é o duplo movimento de recusar antigas perspectivas, esquemas e conceitos (superioridade, imobilidade, teleologia) e de formular, novas ou reavaliadas, hipóteses e interações, entre as categorias do que é vivo.

10 Cf. M'Bokolo, 1995, op. cit. pp. 2; 13; 22-23; 26-27; 203; 260-264.

As perspectivas da narrativa histórica suscitam importantes discussões entre os especialistas. Pelo menos desde Blyden (Blyden, 1872; 1887) e Du Bois (1915), historiadores e pensadores elaboraram, gradualmente, a perspectiva de uma África global – *global Africa* – para além de geografias, temporalidades fixas, fazendo falar as ausências de uma história europeia dos *Inferiores*. Os termos de “descentralização/globalização”, de “desnacionalização” da história africana se aplicam aqui, com uma série de revisões programáticas: provincialização da Europa, neutralização do atlântico-centrismo da história escravista, abertura sobre as diásporas do chamado Oceano Índico, da Europa (Afro-Turcos). Mais genericamente, a perspectiva de uma única modernidade, intocada pelas culturas extra-europeias, é apagada sensivelmente pela interpretação da história como um recurso de modernidades plurais, híbridas e múltiplas (Appadurai, 1981, 1996). Em seu trabalho sobre o impensado da modernidade e sociologias conectadas, a socióloga de origem indiana Gurminder Bhambra (Bhambra, 2007, 2014) contesta veementemente a pretensão europeia no monopólio da modernidade por meio da suposta tríade fundadora, renascimento, revolução francesa e revolução industrial/econômica. A autora reinsere a modernidade num conjunto de interações entre a Europa e outras partes do mundo que são também produtoras dos códigos culturais, políticos e científicos do mundo contemporâneo, certamente, dominado pela Europa, que produziu uma síntese dos mesmos.

A história cede lugar a uma exotopia de prumo para a conquista da primazia de uma leitura interna. Ela convoca necessariamente a agência, o conhecimento endógeno, as línguas, idiomas e expressões crioulas que oferecem ou restauram espaços improváveis de produção de si.

Todos os significantes culturais disponíveis ou reinventados contribuem para outra produção da história pelos dominados, os subalternos (Spivak, 1988). O conceito de interseccionalidade decorrente da afro-feminista Kimberlé Crenshaw (Crenshaw, 2005)¹¹ ganha relevância neste contexto. Ele descreve a condição das mulheres negras estadunidenses na intersecção do racismo e da dominação patriarcal; intersecção é um verdadeiro ponto cego epistemológico e político. Este conceito é congruente com o ponto de vista decolonial, com a experiência social das pessoas em questão e com a rejeição do racismo epistemológico.

As “categorias de localização” que são tempo e espaço, para retomar Kagame (Kagame, 1976), são incontornáveis para uma inversão da perspectiva histórica. O conceito de pré-história atinge pelo seu *escritacentrismo* seus limites epistemológicos; as ferramentas do historiador podem agora utilizar,

11 Para uma abordagem mais geral da questão, ler Bell Hooks (Hooks, 1981).

complementarmente, de outras fontes e técnicas para acessar a verdade histórica. Além disso, as muitas inovações realizadas nos ditos períodos pré-históricos fazem recuar a história humana aos tempos mais antigos. A questão da revisão das cartografias é particularmente sensível na emergência de novas narrativas. Uma cartografia que testemunha as formas de continuidades entre os antigos territórios coloniais e as fronteiras dos Estados independentes contribui para a desconstrução de romances nacionais sobre a independência africana, por exemplo (Craib, 2017). Possibilita também reler as rotas da *marronagem*, os caminhos de libertação dos africanos nas Américas, enriquecendo a história de resistência e resiliência dos descendentes de africanos.

Na intersecção da questão linguística com a do espaço encontram-se os topônimos, “etnônimos”, “antropônimos” (UNESCO, 1984). A exterioridade árabe e europeia principalmente, e a corrupção local dos nomes de lugares e de povos, constituem um conjunto de obstáculos epistemológicos que Anta Diop, Pathé Diagne, Mohamed El Fasi, Olabiyi Yai, Pierre Alexandre não deixaram de notar e para os quais propuseram revisão. As denominações indígenas dos lugares da história que, por meio de seus significados, permitem uma conexão crítica com todas as fontes contraditórias das narrativas, favorecem narrativas enraizadas nas práticas indígenas dos sujeitos atores. Nos processos de redução da colonialidade da história, as categorias espaciais passam das designações metropolitanas e raciais (África britânica, francesa, belga, portuguesa) para a busca de topônimos endógenos tanto no continente africano como nos locais de recepção das populações africanas no mundo (Congo, Zimbabwe, Palmares, Quilombo etc.).

Línguas indígenas, enciclopédias vivas e memórias institucionais, inscrições epigráficas (De Moraes Farias, 2004) e escritos locais (ajami, osmania, nsibidi etc.), cultura material em uma abordagem êmica, induzem a uma conceitualização descolonial. Uma problematização da conceitualização e das definições é indispensável à história. Cissoko e Verdier (UNESCO, 1985a,b) insistem nos conceitos indígenas das instituições políticas, jurídicas e sociais africanas, mas também sobre a inovação conceitual. A esse respeito, salientamos a abordagem muito fecunda de Cheikh Anta Diop (Diop, 1954), seguida por Théophile Obenga (Obenga, 1990), que consistia no acesso às fontes diretas do Egito antigo, propondo a leitura desta história a partir dos significados e intenções próprios aos africanos faraônicos, na esperança de escapar da ubiquidade dos eurocentrismos.

Uma desconstrução conceitual será sempre necessária para garantir a inteligibilidade das abstrações importadas concernentes aos conceitos de Estado, mercado, família, escravidão, diásporas etc. Ela se completará com uma reconceitualização com base nos imaginários dos atores, e tornará confiável

a dimensão interpretativa das narrativas. O conceito *mansaya* de realeza no antigo Manden (Tata e Kamissoko, 2009), o código *xeer* de ética dos pastores somalis (Moussa-Iyé, 2014), o *sanankuya* da África Ocidental traduzido por *parentesco por (ou de) brincadeira* ou seu homólogo *avuso* do Fang-Beti, da África Central, encontra um lugar central nas narrativas decoloniais. Podemos aqui pensar nos termos brasileiros como *Quilombo* ou *Mocambo*, de origem Kimbundu, que foram utilizados para designar os esconderijos e refúgios dos escravos fugitivos. Esses termos tornaram-se conceitos inteligíveis na compreensão da dinâmica de emancipação e resistência dos originários da África no Brasil colonial. Esquema essencial, a metodologia reúne os protocolos formais de produção da história, suas normas internas e também seus silêncios. Como diz Trouillot (Trouillot, 1995), a propósito, é um daqueles momentos em que o poder (o equilíbrio de força entre os produtores da história) se insere na escrita da história. Escritas internas, externas ou reabilitadas oralmente (Vansina, 1965[1961]), as fontes descentradas incluem mais arqueologia, linguística e a interdisciplinaridade que as reúne. Para o historiador nigeriano Toyin Falola (Falola e Jennings, 2003), a arqueologia é chamada a não se limitar a um papel de verificação, mas também propor hipóteses de trabalho. As fontes econômicas poderiam permitir libertar a narrativa a respeito do tráfico de escravos (Eric Williams e Joseph Inikori...), a história do *subdesenvolvimento* da África pela Europa (Rodney, 1972), a história social etc. É importante revelar com Edmondson (UNESCO, 1985c) a contribuição de intelectuais e pensadores não universitários em relação ao Caribe (Padmore, C.L.R James...), uma observação prudentemente generalizável e que reavalia a qualidade das fontes não acadêmicas. De fato, produzir enunciados do ponto de vista dos dominados pode, muitas vezes, estar em desacordo com as narrativas institucionais e seus efeitos reprodutivos, poderíamos mencionar aqui Aimé Césaire (Césaire, 1955) ou Frantz Fanon (Fanon, 1961) entre outros. É, portanto, à margem de produções de forte consagração simbólica no momento de sua publicação, ou mesmo em oposição aos reconhecimentos acadêmicos oficiais, que é grande a probabilidade de se elaborar narrativas alternativas. Finalmente, a evolução da ciência e da tecnologia, paleoambiente, paleogenética, oferece possibilidades heurísticas ilustradas pela nova síntese sobre a expansão Bantu, de Holl (Holl, 2017).

A descolonização da história pode ser entendida de outra forma, como a dinamização de entidades de raciocínio fixadas pelo preconceito histórico, pela colonialidade e pela ubiquidade do eurocentrismo. Ela reinventa o agir histórico dos africanos e seus descendentes como sujeitos de sua experiência. A partir

dela, outras narrativas de uma outra globalidade de outra África podem emergir, se baseando na imaginação africana e na dos povos afrodescendentes. Estas indisciplinas e subversões incluem as fontes plurais e endógenas a serem chamadas, e a evolução das ciências.

A liberação de novas perspectivas narrativas, fundadas nos atores e não mais na tutela abusiva, na modificação dos padrões de pensamento (estatuto dos direitos humanos, tempo, espaço, línguas), as insurreições semânticas e conceituais, estão prestes a fazer nascer diferentes tipos de narrativas. Uma regeneração se extrai das cinzas dos essencialismos, dos determinismos, da Europa como centralidade e finalidade cognitiva e empírica do mundo. Diante dos episódios anteriores de medidas neoliberais na África e nos chamados países do sul, torna-se provável prever os efeitos das políticas de austeridade no Ocidente atuando com base em uma teoria oriunda do Sul (Comaroff e Comaroff, 2012).

História, endogeneidade e libertação dos futuros

A rejeição do que é pejorativo e a transformação do aparato conceitual do historiador reacendem a esperança de pensar de maneira diferente sobre uma outra África, global, diversa e solidária. O desafio de libertar o pensamento histórico não se limita a descolonizá-lo apagando erros, mas se estende à ruptura de princípios com epistemes hegemônicas (ocidentocentrismos, neoliberalismo...). Este projeto inclui os preconceitos discursivos internos aos africanos e afro-descendentes. Assim, obter-se-iam as condições de uma ampliação dos que carregadores endogeneidade nas narrativas históricas do passado africano. A descolonização da história, como libertação de um quadro de inteligibilidade dos discursos, é necessariamente solidária de uma descolonização mais global do pensamento e de uma entrada na legitimidade das imaginações indígenas. Não poderia haver giro decolonial, fundamentalmente, sem giro linguístico, sem revivificação das epistemes desenvolvidas ao nível dos grupos humanos situados, ancorados na geografia na sua própria história. Se *o tornar-se livre ou o tornar-se você mesmo* do filósofo Fabien Eboussi Boulaga (Eboussi, 1977) fosse o horizonte comum aos antigos colonizados, com base no *recurso da tradição* como *utopia crítica*, as missões da história, então, consistiriam em fazer do passado um recurso. O interesse pelo conhecimento endógeno (Houtondji, 1994) e a luta contra os epistemicídios (Santos, 2014) subiriam na escala das preocupações históricas. Ciências e técnicas antigas, artesanato, o conhecimento dos vivos, o saber-ser¹² ...,

12 No original "savoir-être".

seriam objetos recorrentes de pesquisa para esta história. A circulação de conhecimentos e objetos locais/globais (*ayo/a-i-u*, *wore*, percussões, instrumentos musicais, amuletos etc.), as chamadas arquiteturas e medicamentos ditos tradicionais, a elaboração de vínculos sociais e linhagens, poderiam ser alguns dos centros de interesse desta história descolonizada.

O *ubuntu*, o *sanankuya*, o *xeer issa*, o *mansaya*, as antigas instituições judiciais da palavra [palabre] (Bidima, 1997) integrariam os programas históricos chamados para enriquecer os debates do presente sobre o seu futuro. A arte das tranças, técnicas culinárias e agrárias, sistemas socioestéticos, cultos antigos e sincréticos, por exemplo, carregariam alto a chama dessas bifurcações historiográficas, libertando o futuro da prisão das narrativas consensuais de povos pobres, passivos, sem gênio. Nesse mesmo sentido, mencionemos as associações rotativas de poupança e crédito conhecidas sob diversos nomes na África e nas diásporas, incluindo *Esusu* ou *Susu*, seguindo o trabalho de Bouman (Bouman, 1977) ou Bonnet (Bonnet, 1980), entre outros. Eles contam histórias femininas, muitas vezes de vitórias econômicas e sociais em face da segregação financeira, de gênero, classe e raça.

Os desenvolvimentos fortemente discutidos em torno do campo da reflexão das “diásporas africanas” traduzem mudanças no interesse científico e modificações de preferências das comunidades de pesquisadores e de empresas. Apesar da utilização generalizada junto a grupos políticos e militantes, nas ciências humanas, sociais e instituições internacionais, o conceito de diáspora não está isento de críticas. O importante trabalho de Patrick Manning (Manning, 2009) sobre as diásporas africanas tentou captar, num ensaio de história global, as circulações de africanos através dos continentes sobre longo período, dando um importante lugar às influências culturais. Essa perspectiva aberta academicamente por George Shepperson (Shepperson, 1966) e Joseph Harris (Harris, 1982), na década de 1960, permitiu identificar gradativamente a incidência dos deslocamentos de populações africanas na história e em todo o mundo. Apesar de suas contribuições, essa primeira abordagem das “diásporas” tem sido contestada por seu atlantocentrismo ou mesmo por seu viés norte-americano. O Brasil ou o Oceano Índico têm, muitas vezes, sido esquecidos ou negligenciados, tratados como parênteses dentro do modelo afro-americano. O caráter subconceituado e tendencioso do termo diáspora tem sido interrogado por pesquisadores como Paul Zeleza (Zeleza, 2005b) ou Colin Palmer (Palmer, 2000), estimando que a presunção diaspórica poderia carecer de critérios de objetificação, uma vez que nem toda migração implica uma diáspora, e nem toda presença de origem africana significa consciência

coletiva de pertença, relação real ou simbólica com a África, entre outros elementos de identificação.

A verdade é que as presenças africanas no mundo, resultado dos deslocamentos forçados e voluntários do continente para outras geografias, convidam-nos a seguir culturas africanas fora do continente, culturas materiais ou imateriais mais ou menos hibridizadas e empoderadas em relação aos movimentos das populações. São saberes e *savoir-faire* africanos que serão transferidos nas colônias, cultivo de algodão, arroz, mineração de ouro, artes culinárias, estética, crenças, artes e representações rituais, culturais, lúdicas, imaginárias... Os trabalhos de Sheila Walker (2001), Judith Carney (2001), João Reis ou Paul Lovejoy (2013) se inscrevem, ao menos parcialmente, nessa perspectiva. Do ponto de vista epistemológico, o estatuto dos originários da África nas colônias deixou de ser reduzido ao de um instrumento animado, escravo, *semicoisa*. À medida que o escravo *não essencializado* torna-se humano novamente, surge uma nova geração de narrativas tornando os africanos nas colônias portadores de tecnologia, de subjetividades, corresponsáveis de uma extraordinária transformação das colônias. A redescoberta das *narrativas*, escritos dos escravos libertos ou alfabetizados (cristãos ou muçulmanos), contribui poderosamente para uma reescrita das dinâmicas próprias dos descendentes de africanos, sua resistência, suas realizações. Essa emancipação epistemológica neutraliza o *status* de escravo transparente no progresso de seu ambiente, abre novas e paradoxais possibilidades, incluindo a história africana. De fato, os epistemicídios, os preconceitos historiográficos e a violência imperialista foram capazes de eliminar antigas instituições em regiões brutalmente convertidas às religiões abraâmicas, à educação extrovertida e à economia do tráfico. A restituição da história pode, então, passar pela mobilização de práticas culturais ou espirituais ainda vivas nas Américas, no Caribe ou no Oceano Índico, arquivadas ou conservadas em lugares de memória. Ao fazê-lo, as diásporas tornam-se valiosas fontes de história para as regiões de origem dos africanos. É, portanto, uma possibilidade de enriquecimento da história africana, da mesma forma que a África continua a ser uma chave para a compreensão das circulações, conhecimentos e práticas sociais dos originários de África em seus lugares de deslocamento. Nota-se, por fim, que a historiografia e a pedagogia da história dos povos de ascendência africana poderiam tomar emprestado o “método regressivo”, que consiste em escrever a história a partir de um ponto de chegada até o presente, assumindo uma forma de *anacronismo heurístico*.

Essas considerações levantam o véu sobre a fecundidade de uma reversão de perspectivas errôneas a respeito da compreensão da experiência de africanos

e seus descendentes. Problemáticas hoje impensáveis surgirão naturalmente, contribuindo para o que Boaventura Santos chama de “ecologia dos saberes”, reorientando os temas de pesquisa para práticas subestimadas ou (bio) pirateadas (Vandane, 1997). Inspirando-nos na cosmogonia Dogon do deus d’água *Ama* (Griaule, 1948), revelada pelo velho sábio Ogotemmêli, campos de reflexão inéditos nos aguardam: o gênero das coisas (masculino, feminino), as *gemelari-dades*¹³ do mundo, as coisas mais velhas e mais novas, as invisíveis, etc. Tantas entradas que podem estimular a busca de soluções para problemas éticos, ambientais, econômicos e políticos...

Outro exemplo, a classificação como «arte» da materialidade das expressões culturais, historicamente ligadas aos usos rituais, poderia ser interpretada como uma regressão, uma redução dos valores a seu objeto formal. Considerados como significantes, escrituras ou mensageiros, estes objetos transgridem sua colonialidade (pilhagem, museificação) para retornar a sua vida como intercessores entre os vivos e os ancestrais, trabalhadores da harmonia entre as espécies dos viventes.

Essa reversão categórica do objeto de curiosidade (máscara) para a ancestralidade exemplifica uma abordagem descolonial da cultura, liberta das categorias hegemônicas (arte etnológica). Na verdade, o que é considerado como legítimo a ser histórico parece ter que ser dedicado ao olhar europeu, ao mercado ou mesmo à relação capitalista. Em outras palavras, mais uma vez o silenciamento de valores e possibilidades outras, como a busca de uma harmonia dos viventes, o *Sumak kawsay* ou *Buen vivir* dos quechuas da América Andina, a busca da felicidade nacional (Butão) ou do *ubuntu* (harmonia social).

A perspectiva de uma investigação-histórica dos conhecimentos da humanidade, na luta contra a morte de antigas culturas e conhecimentos, coloca o historiador no cerne da reconstituição desta ecologia de saberes, garantia da pluralidade dos viventes e da descolonização de futuros. Esta (re)geração de epistêmicos plurais, da mais vasta biblioteca de mundos integrados, movimento que tem sido chamado «epistemogonia» (Ze Belinga, 2015), seria certamente fundadora de uma escrita pluriversal da história dos viventes.

A abordagem histórica africana, desejosa por cumprir a sua promessa libertadora, deve ousar na utilização de hipóteses, modos de inferência, metodologias e cenários improváveis, na investigação de objetos insignificantes, a fim de produzir narrativas criativas, científicas e emancipatórias.

13 No original “gémellarités” du monde.

Conclusão

A descolonização da escrita da história, iniciada imperceptivelmente e simultaneamente com a expansão europeia, está sujeita a fortes pressões africanas, diaspóricas e globais para fornecer novas categorias de pensamento capazes de expressar maior humanidade. Preconceitos, conotações pejorativas, silêncios seletivos, ruídos brancos onipresentes são levados à obsolescência, forçados a abrir caminho para outras relações, linguagens, tipos de arquivos, inscrições. O trabalho de destruição criativa que poderia expurgar a superestimação da experiência histórica dos europeus, descontinentalizar uma África global reconectada à sua dinâmica interna e externa, é depositário de esperanças libertadoras. As possibilidades de uma humanidade enriquecida pela adoção de uma produção descentralizada e pluriversal da história serão a incubadora dos futuros libertos das gerações que virão.

Se as contestações mundiais que dizem respeito a toda produção do conhecimento nas ciências humanas são mais visíveis e mais audíveis, a transformação das expectativas descoloniais em práticas de pensamento e escrita é apenas seu início diante de uma tarefa colossal. No que diz respeito à escrita da história africana e da diáspora, é certo que a revolução copernicana desejada por Mohamed Sahli só se realizará no contexto de uma transformação global radical das artes do pensamento.

Referências

- AKE, Claude. *Social sciences as imperialism*. Ibadan, Ibadan University Press, 1982.
- AKERMAN, James R. (eds). *Decolonizing the map. Cartography from colony to nation*. Chicago and London, University of Chicago Press, 2017.
- APPADURAI, Arjun. The past as a scarce resource. *Man, New series*, v. 16, n. 2, 1981, pp. 201-219.
- . Arjun. *Modernity at large*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.
- BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris, J. Vrin. p.14; 1967 (1934).
- BENOT, Yves. *Les massacres coloniaux*. Paris, La Découverte, 2001.
- BHAMBRA, Gurinder. *Rethinking modernity: postcolonialism and sociological imagination*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2007.
- . Gurinder. *Connected sociologies*. London, Bloomsbury Academic, 2014.
- BIDIMA, Jean-Godefroy. *La palabre. Une juridiction de la parole*. Paris, Michalon, 1997.
- BLYDEN, Edward. *Christianity, Islam and the Negro Race*. London, W. B. Whittingham & Co, 1887.

- _____. Edward. *The West African university: correspondence between Edward W. Blyden, and His Excellency J. Pope Hennessy*, Freetown: «Negro» Print. Office, 1872.
- BONNET, A. An Examination of Rotating Credit Systems among Black West Indian Immigrants in Brooklyn. In: *Sourcebook on the New Immigration: Implications for the United States and the International Community*, New Brunswick, ed. R. S. Bryce-Laporte. NJ: Transactions Publishers, 1980.
- BOTTE, Roger. *Esclavages et abolitions en terres d'islam*. Bruxelles, André Versailles éditeur, 2010.
- BOUMAN, F. Indigenous savings and credit societies in the third world: A message. *Savings and Development*, v. 1, 1977.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT LOÏC, J. D. Sur les ruses de la raison impérialiste. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 121-122, mar. 1998, pp. 109-118.
- BURAWOY, Michael. Provincializing the Social Sciences, In: STEINMETZ, George (Ed.). *The Politics of Method in the Human Sciences. Positivism and Its Epistemological Others*. Durham and London, Duke University Press, 2005.
- CARNEY, Judith Ann. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge, Harvard University Press, 2001.
- CESAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris, Présence africaine, 1955.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 2000.
- CISSOKO, Sékéné Mody. Problems of conceptualization and definition in African history with reference to some social and political institutions. In: *The education process and historiography in Africa, Studies and documents 9*. Paris, UNESCO, 1985a.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John L. *Theory From the South Or, How Euro-America Is Evolving Towards Africa*. Boulder and London, Paradigm Publishers, 2012.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur. *Cahier du genre*, v. 2, n. 39, 2005.
- CRAIB, Raymond. Cartography and decolonization. In: AKERMAN, James R. (eds) *Decolonizing the map. Cartography from colony to nation*. Chicago and London, University of Chicago Press, 2017.
- DE MORAES FARIAS, Paulo F. *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, Chronicles, Songhay – Tuareg History*. London, British Academy, 2004.
- DELAFOSSÉ, Maurice. *Les Nègres*. Paris, L'Harmattan, 2006 (1927).
- DELANY, Martin. *Principia of ethnology: the origin of races and colors*. Harper and Brother publishers, Philadelphia, 1879.
- DEPELCHIN, Jacques. *Silences in african history. Between syndrome of discovery and abolition*. Dar Es Salam, Mkuki Na Nyota publishers, 2005.
- DIOP, Cheikh Anta. *Nations nègres et culture*. Paris, Présence africaine, 1954.

- DU BOIS, W. E. Burghardt. *The Negro*. London, Willam & Norgate, 1915.
- ELA, Jean-Marc. *La plume et la pioche*. Yaoundé, Éditions Clé, 1971.
- EDMONDSON L. African history and African studies in the Black diaspora, In: *The General history of Africa: Studies and documents 9 The education process and historiography in Africa*. Paris, UNESCO, 1985c.
- EBOUSSI BOULAGA, Fabien. *La crise du Muntu. Authenticité africaine et philosophie*. Paris, Présence Africaine, 1977.
- ESCOBAR, Arturo. Worlds and knowledges of otherwise. The Latin American modernity/coloniality research program. *Cultural studies*, v. 21, n. 2-3, March/May, 2007.
- FALOLA, Toyin e JENNINGS, Christian (eds). *Sources and methods in African history: spoken, written, unearthed*. Rochester, University of Rochester Press, 2003.
- FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris La Découverte, 1961.
- FEYERABEND, Paul. *Contre la méthode. Esquisse d'une théorie anarchiste de la connaissance*. Paris, Editions du Seuil, 1979.
- FIRMIN, Anténor. *De l'égalité des races. Anthropologie positive*. Paris, L'Harmattan, 2003 (1885).
- FOUCAULT, Michel. *Archéologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969.
- GOODY, Jack. *The Theft of History*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- GRIAULE, Marcel. *Dieu d'eau. Entretiens avec Ogotemméli*. Paris, Fayard, 1948.
- HARRIS, Joseph. *Global dimensions of the African Diaspora*. Washington, DC. Howard University Press, 1982.
- HAYFORD, J. E Casely. *Ethiopia Unbound*. London, C.M. Phillips, 1911.
- HOLL, Augustin F. L'expansion bantoue: une nouvelle synthèse, In: GARCIA, D. e LE BRAS, H. *Archéologie des migrations*. Paris, La Découverte, 2017.
- HORTON, James Africanus. *Vindication of the African race*. London, W. J. Johnson, Printer, 1868.
- HOOKS, Bell. *Ain't I a woman? Black women and feminism*. Boston, South End Press, 1981.
- HOUNTONDJI, Paulin. *Les savoirs endogènes: Pistes pour une recherche*. Dakar, codes-ria, 1994.
- JENNINGS, Eric. *La France libre fut africaine*. Paris, Perrin, 2014.
- KAGAME, Alexis. *La philosophie bantu comparée*. Paris, Présence Africaine, 1976.
- KI-ZERBO, Joseph. *Histoire de l'Afrique noire d'hier à demain*. Paris, Hatier, 1972.
- KONATE, Doulaye (sd). *Revue des contenus de l'Histoire générale de l'Afrique de l'UNESCO*. UNESCO, 2009.
- KUHN, Thomas. *La structure des révolutions scientifiques*. Paris, Flammarion, 1983 (1962).
- LAUER, Helen e ANYIDOHO, Kofi. *Reclaiming the human sciences and humanities through african perspectives*. Accra, Sub-Saharan publishers, 2012.

- MALDONADO-TORRES. On the coloniality of beeing, *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, March/May 2007, pp. 240-270.
- MANNING, Patrick. *The African Diaspora: A History through culture*. New York, Columbia University Press, 2009.
- M'BOKOLO, Elikia. *L'Afrique au XXème siècle, le continent convoité*. Paris, Seuil, 1980.
- . *Afrique noire. Histoire et civilisations. Tome 1. Jusqu'au XIIe siècle*. Paris, Hatier, 1995.
- LOVEJOY, Paul. African Contributions to Science, Technology and Development. In *Collective Volume The Slave Route Project*. Paris, UNESCO, 2013.
- LUGONES, Maria. The coloniality of gender. *Worlds & Knowledges Otherwise*, 2 (Spring), 2008, pp. 01-17.
- MBOUKOU, Serge. *Messianisme et modernité : Dona Béatrice Kimpa Vita et le mouvement des Antoniens*. Paris, L'Harmattan, 2010.
- MIGNOLO, Walter. Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom. *Theory, Culture and Society*, n. 26, 2009, pp. 07-08.
- MKANDAWIRE, Thandika. Three generations of African academics. *Transformation* 26, 1995.
- MOUSSA-IYE, Ali. *Le verdict de l'arbre. Le xeer issa: Essai sur une démocratie endogène africaine* Paris, Achères. Editions Dagan, 2014.
- MUDIMBE, V. Y. *L'odeur du père. Essai sur les limites de la science et de la vie en Afrique noire*. Paris, Présence africaine, 1982.
- . *The invention of Africa*. Bloomington and Indianapolis, Indiana University press, 1988.
- NDLOVU-GATSHENI, Sabelo. The struggles for Epistemic freedom in Africa. *Inaugural Council for the Development of Social Science in Africa (CODESRIA) Day Lecture*, Holiday Inn Hotel, Harare, Zimbabwe, 21 February, 2018.
- THIONGO, Ngugi Wa. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Nairobi. East African Educational Publishers, 1986.
- NKRUMAH, Kwame. *Le consciencisme*. Paris, Présence africaine, 2009 (1964).
- OBENGA, Théophile. *La philosophie africaine de la période pharaonique. 2780-330 avant notre ère*. Paris, L'Harmattan, 1990.
- OECD. *Re-Inventing The social sciences*. UNESCO, 2004.
- PALMER, Colin. Defining and studying the Modern African Diaspora. *The Journal of Negro History*, v. 85, n. 1-2, Janeiro 2000, pp. 27-32.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad, modernidad/raacialidad. *Peru Indigerna*, v. 13, n. 29, 1991.
- RODNEY, Walter. *Et L'Europe sous-développa l'Afrique*. Paris, Editions caribéennes, 1972.
- SAHLI, Mohamed. *Décoloniser l'histoire. Introduction à l'histoire du Maghreb*. Paris, Cahiers libres, 77, Maspero, 1965.

- SALA-MOLINS, Louis. *Les misères des Lumières, sous la raison l'outrage*. Paris, Robert Laffont, 1992.
- SALL, Ebrima. Trends and Issues in the Social Sciences and Humanities in Africa. *CODESRIA Bulletin*, Nos 3 & 4, 2015.
- SANTOS, Boaventura de. *Epistemologies of the South: Justice against epistemicides*. Boulder, Paradigm publishers, 2014.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalisme, socialisme et démocratie*. Paris, Payot, 1942.
- SHEPPERSON, George. The African abroad or the African diaspora. *African Forum: A Quarterly Journal of Contemporary Affairs*, v. 2, 1996, pp. 76-93.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak, In: NELSON, Cary and GROSSBERG, Lawrence. (eds). *Marxisme and the interpretation of culture*. Basingstoke, Macmillan Education, 1988.
- TATA CISSE, Youssouf e WA, Kamissoko. *Soundiata, la gloire du Mali. Tome 2*. Paris, Khartala, 2009.
- TONDA, Joseph. L'impossible décolonisation des sciences sociales africaines. *Mouvements*, v. 4, n. 72, 2012.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past. Power and the production of history*. Boston, Beacon press, 1995.
- UNESCO. *Histoire générale de l'Afrique*. 8 volumes, Paris, UNESCO, 1999.
- . *Rapport mondial sur les sciences sociales 2010. Division dans les savoirs*. Paris, UNESCO/CISS, 2010.
- . African ethnonyms and toponymes. *Studies and documents 6*. The General history of Africa. Paris, UNESCO, 1984.
- VANDANE, Shiva. *Biopiracy: The plunder of nature and knowledge*. Cambridge, Massachusetts, South and Press, 1997.
- VERDIER, R. Critical reflections on the ideas of law and power in pre-colonial Africa – terminological and conceptual problems. In: *The education process and historiography in Africa, Studies and documents 9*. Paris, UNESCO, 1985b.
- VERONELLI, Gabriela A. The coloniality of language: race, expressivity, power and the darker side of modernity. *Wagadu*, v. 13, Summer 2015.
- VASSANI, Jan. *Oral Tradition: A Study in Historical Methodology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1965 [1961].
- WALKER, Sheila S. (ed.) *African Roots/American Cultures: Africa in the creation of the Americas*. New York, Rowman and Littlefield, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel (Org.). *Open the Social Sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Stanford, Stanford University Press, 1996.

- YIRGA, Gelaw Woldeyes. *Native Colonialism: Education and the Economy of Violence Against Traditions in Ethiopia*. The Red Sea Press, New Jersey, 2017.
- ZE BELINGA, Martial. Économies de la culture, discontinuités discursives, créativité épistémologique. *Présence Africaine*, n. 192, 2015, pp. 55-82.
- ZELEZA, Paul. Banishing the Silences: Towards the Globalization of African History. *Paper presented at the 11th General Assembly of the Council for Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA)*. Maputo, Mozambique, December 2005(a), pp. 06-10. Disponível em: <<http://erepo.usiu.ac.ke/bitstream/handle/11732/1163/zeleza%20%281%29.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- . Tiyambe: Rewriting the African diaspora: Beyond the Black Atlantic. *African Affairs*, v. 104, n. 414, 2005(b), pp. 35-68.

Recebido em: 02/12/2020

Aprovado em: 21/12/2020

Como citar este artigo:

- ZE BELINGA, Martial. Descolonizar a história: epistemologia disruptiva. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1045-1066.